

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE
CURSO DE PEDAGOGIA

ALINE APARECIDA DA SILVA

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
MUNICÍPIO DE MARINGÁ: ELEMENTOS PARA ESTUDOS
INICIAIS**

MARINGÁ

2012

ALINE APARECIDA DA SILVA

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
MUNICÍPIO DE MARINGÁ: ELEMENTOS PARA ESTUDOS
INICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso –
TCC, apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual
de Maringá como requisito parcial
obtenção do grau de pedagogo.

Orientação: Profa Dra Marta Chaves

Coordenação: Profa Dra Renata
Marcelle Lara Pimentel

MARINGÁ

2012

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
MUNICÍPIO DE MARINGÁ: ELEMENTOS PARA ESTUDOS
INICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual de
Maringá como requisito parcial para a
obtenção do título de Graduação em
Pedagogia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marta Chaves (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Heloisa Toshie Irie Saito
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Ms. Luciana Grandini Cabreira
Universidade Estadual de Maringá

*Dedico este trabalho a minha mãe **Leonilda** e meu pai **Joaquim** por estarem ao meu lado sempre, me apoiando e incentivando, em todos meus sonhos e projetos.*

AGRADECIMENTOS

Registro meus agradecimentos às pessoas que fizeram e fazem parte da minha história de vida e acadêmica:

Primeiramente a Deus, que me deu a vida e que esteve me guiando e abençoando meu caminho a cada dia;

De forma especial a minha mãe, Leonilda Paviani da Silva, e ao meu pai, Joaquim Mario da Silva, por terem me apoiado e dedicado toda atenção e carinho por mim em toda minha vida e trajetória de estudos;

Destaco também os agradecimentos especiais a minha orientadora, Professora Doutora Marta Chaves, por toda dedicação e zelo em sua orientação e por me ensinar que é possível proporcionar às crianças uma educação plena, e usando suas palavras, “uma educação de excelência”;

Aos professores que tive durante a graduação, que se dedicaram a nos ensinar;

As professoras desta banca examinadora, Prof^ª Dr^ª Heloisa Toshie Irie Saito e Prof^ª Ms. Eloiza Elena da Silva, por aceitarem o convite e pelo carinho demonstrado;

As minhas colegas de turma, por tantos momentos de alegria que tivemos nesses quatro anos juntas. Em especial a Maira Machado, Leiliane Felix, Renata Tanaka, Karen Santos e Felipe Borges que foram companheiros de trabalhos e estudos e estiveram ao meu lado por tanto tempo;

A minha grande amiga Laís Pacífico Martineli e sua mãe Telma Adriana Pacífico Martineli, por ter me aberto às portas de sua casa e sua família e por todo incentivo e ajuda nesse período;

As minhas amigas Gabriela Cagnini e Larissa Küll, que me incentivaram e deram força em todos os momentos;

Ao grupo de oração Renascer, por me proporcionar momentos de paz e me dedicar sua amizade;

A Vilma de Fatima Lima Forestiero, responsável do Núcleo Regional de Educação de Maringá no quesito Educação Infantil, por ter me recebido em seu local de trabalho tão gentilmente e por ter sido tão atenciosa, contribuindo com esta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo estudar os aspectos históricos das Instituições de Educação Infantil em Maringá, PR, no período de sua fundação até a década de 1980, a fim de compreendermos a trajetória histórica dessas Instituições, bem como sua função na educação das crianças com menos de 7 anos de idade. Consideramos que a Educação Infantil tem papel importante no desenvolvimento da criança, e partindo dessa premissa, realizamos estudo de cunho bibliográfico sobre esse nível de ensino. Para fundamentar nossa pesquisa, recorreremos a livros, artigos e documentos com o intuito de analisar os desafios que essas Instituições enfrentaram para entendermos como esses espaços foram reconhecidos pela sociedade, tornando-se o primeiro nível do Ensino Básico no Brasil, desenvolvendo um trabalho educacional que se pretende nos dias atuais.

Palavras- chave: Educação Infantil; História da Educação; Maringá.

ABSTRACT

This research aims to study the historical aspects of the Primary Education Institutions in Maringá, from its very start up to 1980. The objective is to understand the historical path of those Institutions, as well as their role in the education of 7-year-olds. We believe that the Primary Education has an important role when it comes to child development. Considering that, a bibliographical study on Primary Education is being carried out. In order to support this research, we have used books, articles and documents as reference, aiming at the analysis of the challenges that those Institutions faced so that we can understand how the process of recognition by the society happened, when they became the first level of the Basic Education in Brazil, developing the educational system of today.

Keywords: Primary Education; Education History; Maringá.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 EDUCAÇÃO INFANTIL: CENÁRIO MUNDIAL.....	14
3 EDUCAÇÃO INFANTIL: CENÁRIO BRASILEIRO.....	19
4 EDUCAÇÃO INFANTIL: CENÁRIO NO PARANAENSE.....	23
5 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.....	29
6 EDUCAÇÃO INFANTIL EM MARINGÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	33
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar estudos iniciais sobre os aspectos históricos das Instituições de Educação Infantil do Município de Maringá, PR, desde sua fundação até a atualidade. Para isto, julgamos necessário apresentar aspectos históricos da Educação Infantil no cenário mundial, nacional e no Estado do Paraná. Consideramos para a realização desta pesquisa o cenário econômico e político da época por entendermos que as ideias se expressam a partir da materialidade, como afirmam os clássicos da Ciência da História desenvolvida por Karl Marx¹ e Friedrich Engels².

Salientamos que neste estudo pretendemos priorizar a investigação bibliográfica, a análise documental e a realização de levantamento de dados históricos com o propósito de compreendermos o discurso político a partir dos determinantes econômicos, ou seja, estabelecermos uma relação entre as necessidades postas na organização para o trabalho e as proposições afetas à educação, particularmente à Educação Infantil em Maringá.

O pesquisador da fundação Carlos Chagas, Moysés Kuhlmann Junior (2010), em sua obra *Infância e Educação Infantil – uma abordagem histórica*, reflete sobre a importância de valorizar aspectos históricos das instituições de Educação Infantil. Nesse sentido, salienta que a história das instituições, em geral, é desvalorizada, descartada, e quando se recorrem aos aspectos históricos dessas instituições escolares se faz com certa rapidez, apenas para compor um quadro de referência.

A esse respeito, Kuhlmann (1998) assinala “A história, embora tratando do passado, do que já aconteceu, é uma dinâmica e exige a ampla pesquisa e a crítica das fontes, que renova interpretações e exige procedimentos próprios de investigação e análise [...] (p. 7).”

¹ Karl Marx (1818-1883) foi um dos homens que mais influenciou o mundo e o curso da história. Nascido na Alemanha, esse filósofo social foi um dos grandes pensadores de todos os tempos. Karl Marx e seu colega Friedrich Engels são considerados os fundadores do comunismo e do socialismo moderno. Juntos eles escreveram, entre outras obras, O Manifesto Comunista (1848). Karl Marx influenciou e revolucionou a teoria econômica e social do século XX. (ENGELS, F.; MARX, K. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins, 2001)

² Friedrich Engels (Barmen, 28 de novembro de 1820 – Londres, 5 de agosto de 1895) foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Foi coautor de diversas obras com Marx, e a mais conhecida é O Manifesto Comunista. Também ajudou a publicar, após a morte de Marx, os dois últimos volumes de O Capital, principal obra de seu amigo e colaborador. (ENGELS, F.; MARX, K. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins, 2001)

Compartilhamos deste pensamento de Kuhlmann Jr. porque acreditamos que pesquisar os aspectos históricos da educação, em especial da Educação Infantil, é necessário para entendermos como essas instituições eram pensadas e em que contexto elas se desenvolveram. Também julgamos relevante, pois ao retomarmos à história, isso pode favorecer nossa compreensão acerca das questões educacionais contemporâneas, ou seja, a partir do conhecimento histórico temos a possibilidade de compreender questões afetas a Educação, em especial, a Educação Infantil no século XXI.

Atualmente, a Educação Infantil tem reconhecimento de ordem legal. Na Lei nº 9.394/96, em seu Artigo 29, está previsto:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A partir dessa Lei, a Educação Infantil passou a integrar a Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Diferente dos demais níveis da educação, a Educação Infantil não tem currículo formal. Desde 1998 há o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil³, constituindo-se um documento orientador, sem determinação legal e que tem sido considerado em inúmeras instituições escolares. Destaca-se pela sua semelhança com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que embasam a atuação profissional nos 1º anos do Ensino Fundamental, documento também do Governo Federal.

³ Há estudos e reflexões sobre esse documento. Fazemos referência ao texto “A produção acadêmica na área da Educação Infantil com base na análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil” de autoria de Ana Beatriz Cerisara, presente no livro organizado por Ana Lúcia Goulart de Faria e Marina Silveira Palhares, intitulado “Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios”. Segundo Cerisara (2007), a estrutura do documento foi considerada complexa pelos diversos pareceristas, e o excesso de divisões, títulos e subtítulos prejudica a compreensão do todo. A autora ressalta que a preocupação dos pareceristas com relação ao RCNEI foi de que a Educação Infantil é tratada no documento como ensino, trazendo para a área a forma de trabalho do ensino fundamental, representando assim, um retrocesso em relação ao avanço já encaminhado na Educação Infantil, de que o trabalho com crianças pequenas em contextos educativos deve assumir a educação e o cuidado enquanto binômio indissociável e não, o ensino. Salienta ainda que a concepção de criança apresentada pelo RCNEI é abstrata e reducionista, já que vê a criança unicamente como aluno, pois apesar de ter uma concepção de construção histórico-social, o documento não toma a criança como princípio educativo, uma vez que privilegia mais o “sujeito escolar” que o “sujeito criança” (CERISARA, A.B. A produção acadêmica na área da Educação Infantil com base na análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. In: FARIA, A.L.G.;PALHARES, M.S. (orgs) **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007)

Vale ressaltar que mesmo antes de a Educação Infantil ter a sua relevância assegurada por Lei, na década de 1980, já existia no Brasil preocupação com esse nível de ensino. No Estado do Paraná, por exemplo, de acordo com Souza (s/d), em 1906 foi inaugurado o primeiro Jardim de Infância público do Estado, anexo ao Ginásio Paranaense em Curitiba. Para esta autora, o Jardim de Infância no Paraná teve significativa aceitação e em 1920 funcionavam no Paraná quatro Jardins de Infância.

Queremos salientar que há pesquisas que fazem referência a organizações de Educação Infantil já em 1904. Lara (2006) afirma que nesse ano se instituiu o Jardim de Infância Maria de Miranda, em Curitiba. Nas décadas posteriores, se intensificou a organização de instituições de Educação Infantil no Estado do Paraná, como apresenta Chaves (2008) em seu estudo.

Kuhlmann Jr., em seu artigo “Histórias da Educação infantil brasileira” (2000), analisa os aspectos da história das instituições de educação infantil no Brasil, fazendo uma retrospectiva histórica desde o desenvolvimento dessa modalidade de ensino até o século XXI. De acordo com o autor, mesmo com a incorporação das creches aos sistemas educacionais não se tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista. Na visão do estudioso, as primeiras instituições de educação infantil eram propostas como meio de apaziguar os conflitos sociais.

Esse foi o contexto em que a educação básica emergiu como prioridade nacional. No período, a política educacional brasileira refletia ações e programas voltados para as regiões mais pobres, e o caráter nacional definia políticas adequadas às realidades locais. Foi em 1980 que se começou a pensar em um ensino de qualidade, com vistas ao acesso e permanência das crianças na escola pública, luta travada por movimentos de oposição ao regime militar, que lutavam para que as verbas públicas fossem destinadas somente para as escolas públicas de todos os níveis e buscavam também a universalização da Educação Básica e a erradicação do analfabetismo.

A expansão da Educação Infantil no Brasil e em outros países tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Compartilhamos da ideia de Chaves (2010) de que todos têm capacidade plena de aprendizagem, se forem ensinados, daí a necessidade de educar para a promoção intelectual e a humanização. Isto também nos motivou a realizar esta pesquisa relativa à constituição da Educação Infantil, pois ao conhecer a história dessas

instituições, podemos compreender a organização desse nível educacional, como se organiza e qual sua importância e influência para e no desenvolvimento da criança.

Assim, percebemos que a Educação Infantil não é algo simples de ser compreendido, já que engloba vários aspectos, tanto históricos e políticos. Vale lembrar ainda que nos anos 1980, pós-regime militar, no Brasil, a Educação Infantil sofreu grande expansão devido a pressões de diferentes sentidos.

Para tratar das questões expostas acima, organizamos o texto da seguinte forma: iniciamos nossos estudos com os aspectos históricos da Educação Infantil no cenário mundial, discorrendo acerca do desenvolvimento do conceito de infância, das creches e pré-escolas. Em seguida, apresentamos o histórico dessas instituições educativas escolares no cenário brasileiro e no Estado do Paraná. Após esse percurso, abordamos então os aspectos históricos desse nível de ensino – Educação Infantil – no município de Maringá, PR, desde sua fundação até a década de 1980.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL: CENÁRIO MUNDIAL

Para alcançarmos o objetivo central desta pesquisa, julgamos ser necessário descrever sobre como ocorreu o processo de consolidação das primeiras instituições de Educação Infantil no cenário mundial, porque compreendendo isto, teremos a possibilidade de perceber como estas instituições educativas eram organizadas e assim nos permitirá compreender elementos da Educação Infantil na atualidade.

Por um período extenso, a educação e o cuidado para com as crianças eram responsabilidade da família ou do grupo social ao qual ela pertencia. Segundo a pesquisadora Maria Isabel Edelweiss Bujes⁴ (2001), durante um bom período da humanidade não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar essa responsabilidade pela criança com seus pais e com a comunidade da qual esta fazia parte. A autora salienta “Isso nos permite dizer que a educação infantil, como nós a conhecemos hoje, realizada de forma complementar a família, é um fato muito recente. Nem sempre ocorreu do mesmo modo, tem, portanto, uma história” (BUJES, 2001, p.13).

É no início do século XVIII que se firmam as primeiras inquietações com a educação das crianças pequenas, resultantes da mudança de atitudes que as famílias tiveram a partir do momento em que passaram a considerar a criança com suas especificidades, ou seja, até então a criança era vista e tratada como um adulto.

Com o desenvolvimento do conceito de infância e essa nova maneira de perceber a criança, mudam-se a atitude, os ensinamentos e os cuidados para com os pequenos. Esse novo conceito de infância provocou ainda mudanças no quadro educacional. Desenvolveram-se, então, preocupações relativas à educação de crianças de primeiros meses a 6 anos.

De acordo com as pesquisadoras Miriam Abramovay⁵ e Sonia Kramer⁶ (1991), historicamente a necessidade da pré-escola aparece como reflexo das transformações

⁴ Maria Isabel Edelweiss Bujes é Licenciada em Pedagogia (UFRGS), Mestre em Educação (PUCRS), Doutora em Educação (UFRGS). É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da ULBRA e Professora Adjunta do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS (aposentada), participando dos Grupos de Pesquisa Cultura e Educação (Ulbra) e GEIN (UFRGS). Atua na linha de pesquisa "Infância, juventude e espaços pedagógicos" (PPGEdu/ ULBRA).

⁵ Miriam Abramovay, nascida em São Paulo (Brasil), foi durante 4 anos professora da Universidade Católica de Brasília e coordenadora do Observatório de Violência nas Escolas – Brasil, coordenou diversas pesquisas e avaliações da UNESCO e foi consultora do Banco Mundial e do UNICEF. É autora e co-autora de vários [livros](#) e inúmeros [artigos](#) nas áreas de educação, ciências sociais, gênero, violências nas escolas e juventudes. Atualmente é Coordenadora da Área de Juventude e Políticas Públicas da

sociais, políticas e econômicas que ocorreram na Europa, especialmente na França, a partir do século XVIII. Dessa maneira, desenvolveram-se as creches, que possuíam inicialmente caráter assistencialista. As primeiras creches visavam afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista lhes impunha. Estas serviam ainda de guardiãs de crianças órfãs e dos filhos de trabalhadores.

As creches e pré-escolas foram instituídas depois das escolas, e seu aparecimento tem sido muito associado com o trabalho materno fora do lar, a partir da revolução industrial. Sobre isto Bujes reforça:

O que se pode notar [...] é que as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social (BUJES, 2001, p.15)

Referente a isso, podemos assinalar que um dos “motivos” para a criação das creches e pré-escolas foi o fato de as mulheres terem, a partir da Revolução Industrial, adentrado ao mundo do trabalho assalariado e não tinham como deixar os filhos pequenos, com idade de 0 a 6 anos, sozinhos, havendo então a necessidade de um local onde pudessem deixar seus filhos no período em que estivessem trabalhando.

A preocupação com as crianças, filhas das mulheres inseridas na esfera produtiva, remete-se ao final do século XIX, quando a creche começou a ser pensada como uma instituição feita somente para as mulheres que precisavam trabalhar e não tinham condições de dedicar-se, em tempo integral, aos cuidados com a prole no ambiente doméstico (CIVILLETTI, 1991 apud BARBOSA, 2006, p.27).

FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais); Coordenadora do Projeto *Violência e convivência nas escolas brasileiras*, parceria da FLACSO, MEC e OEI; Coordenadora da Pesquisa: *Juventudes em Comunidades de UPP- Rio de Janeiro* (parceria FLACSO/BID); Membro da Rede Iberoamericana de Infância e Juventude da CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais); Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades e Cidadania (NPEJI/UCSAL – Grupo cadastrado no CNPq).

⁶ Sonia Kramer Professora do Departamento de Educação da PUC-Rio. Suas principais obras são: *Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005; *História de professores*. São Paulo: Ática, 1996; *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 1993; *Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil*. São Paulo: Ática, 1993.

Para Kuhlmann Junior (2001), há registros que a primeira instituição de educação para crianças de 0 a 6 anos, com esse caráter mais educacional, foi fundada por Oberlin no ano de 1769, na França, mais precisamente na paróquia rural francesa de Ban-de-la-Roche, chamada de “escola de principiantes” ou “escola de tricotar”. Nessa escola, a criança deveria perder os maus hábitos, adquirir hábitos de obediência, sinceridade, bondade, ordem, e ainda conhecer as letras minúsculas, soletrar e pronunciar as palavras corretamente.

Em 1816, Robert Owen se tornou industrial e ficou conhecido como socialista utópico, e criou em New Lanark, na Escócia, uma escola que recebia alunos desde a idade em que podiam andar até os 25 anos. Nesse local, funcionava a fábrica em que Owen era diretor. A proposta de Owen consistia no fato de que, ao invés de forçar as crianças a acreditar, elas deveriam receber uma descrição clara e exata dos objetos e caracteres que a rodeavam e seriam ensinadas a julgar e a raciocinar corretamente, de modo a distinguir as verdades gerais e as afirmações falsas, dessa maneira, julgava-se que elas estariam mais bem instruídas. Dentro dessa escola as crianças aprendiam lições sobre objetos e a natureza, realizavam exercícios de evolução militar, de danças de grupo e de canto coral (KUHLMANN JUNIOR, 2001).

No ano de 1826, na França, a marquesa de Pastoret, juntamente com as madames Mallet e Millet, com o apoio do prefeito do 12º Distrito de Paris, Jean-Marie Denys Cochin, criaram a *Salles d' Asile*. Essa sala de asilo francesa tinha como finalidade prover cuidados e educação moral e intelectual às crianças.

A ideia de que as creches em um primeiro momento tinham caráter assistencial, ou seja, de cuidar, alimentar, higienizar e proteger as crianças dos perigos ganha novo sentido durante o século XIX, pois atribui-se à pré-escola uma nova função, mais relacionada à ideia de “educação” do que a de assistência.

Vale destacar Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), grande influente para a estruturação do pensamento educacional do século XIX. Este pesquisador, no entendimento de Almeida (2002), era considerado o “educador da humanidade”, pois buscou unir o homem a sua realidade histórica. No que diz respeito ao sistema pedagógico proposto por Pestalozzi, Almeida (2002) enuncia:

O sistema pedagógico de Pestalozzi tinha como pressuposto básico propiciar à infância a aquisição dos primeiros elementos do saber, de forma natural e intuitiva. Foi considerado um dos precursores da educação nova que ressaltou a importância de se psicologizar a

educação e defini-la em função das necessidades de crescimento e desenvolvimento da criança. Há que se destacar, também, que seu projeto educativo tinha a “intuição” como fundamento básico para se atingir o conhecimento. Assim sendo, a educação se fundamenta na “*arte de conduzir as crianças de intuições superficiais e fragmentárias a intuições sempre mais claras e distintas*” (ALMEIDA, 2002, p.6, grifo da autora).

Salientamos também, na Alemanha, Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852), que contribuiu grandemente para a educação ministrada nas instituições de Educação Infantil. Ele, que nasceu em 1782 e faleceu em 1852, pretendia não apenas reformar a educação pré-escolar, mas por meio dela a estrutura familiar e os cuidados dedicados à infância, envolvendo a relação entre as esferas pública e privada. Em 1840, inaugurou seu Jardim de Infância, denominado *kindergarten* (em alemão, *kind* significa criança e *garten* significa jardim), destinado às crianças menores de seis anos de idade (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

Almeida (2002) destaca uma figura de suma importância na história dessas instituições educativas, Maria Montessori (1870-1952), que envolveu-se com a educação das crianças no ano de 1907, quando fundou em Roma a *Casa dei Bambini* para abrigar, aproximadamente, cinquenta crianças normais carentes, filhas de desempregados. Nessa casa-escola, Montessori realizou várias experiências que deram sustentação a seu método, fundamentado em uma concepção biológica de crescimento e desenvolvimento. Por ser médica, preocupou-se com o biológico, contudo não deixou de lado o aspecto psicológico e o social (ALMEIDA, 2002).

Fazemos também referência a Celestin Freinet (1896-1966), educador francês considerado um revolucionário. Suas técnicas (texto impresso, a correspondência escolar, texto livre, a livre expressão, o aula-passeio, o livro da vida) faziam sentido em um contexto de atividades significativas, que possibilitavam às crianças sentirem-se sujeitos do processo pessoal de aquisição de conhecimentos. Segundo Almeida (2002), Freinet entendia que o dinamismo, a ação, é que estimulava as crianças a buscar esse conhecimento, multiplicando seus esforços em busca de uma satisfação interior.

Ao compreender esse processo de criação das primeiras instituições de Educação Infantil no contexto internacional, fica-nos claro que essas instituições, em sua maioria, tinham como objetivo principal cuidar das crianças pequenas, ou seja, tinham mesmo o caráter assistencialista, no sentido de dar assistência aos filhos da classe trabalhadora. Entretanto, também percebemos que houve muitos educadores preocupados com o

desenvolvimento das crianças pequenas, e com seus estudos e pesquisas contribuíram para a disseminação dessas instituições em diversos países.

No próximo item, apresentamos como essas instituições educativas escolares se desenvolveram no Brasil, quais eram seus objetivos e seus avanços.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO BRASILEIRO

Ao compreendermos o processo de consolidação das instituições de Educação Infantil em diversos países, percebemos que disseminou-se em diferentes países a ideia da importância de oferecer educação para as crianças pequenas. Desta maneira, sentimos a necessidade de descrever e refletir sobre a realidade brasileira, buscando alguns acontecimentos que marcaram a Educação Infantil em nosso país com o intuito de compreender como se deu a composição dessas instituições no início da história. De acordo com Ruiz (2011), a creche no Brasil instituiu-se no final do século XIX em decorrência do processo de industrialização e urbanização que o país estava vivendo.

Tratando dessa questão, Faria (1997) afirma que no Brasil a creche é construída de forma peculiar, pois nos países europeus ela foi proposta em função do trabalho industrial feminino. Assim, as creches populares foram criadas com o objetivo não só de atender as operárias industriais, mas também os filhos das escravas que trabalhavam como empregadas em residências de pessoas com padrão de vida abastado.

Kramer (1991) assevera que as primeiras iniciativas no Brasil destinadas à criança pequena partiram de higienistas e se dirigiram contra a taxa de mortalidade infantil. Em sua maioria, estes se preocupavam com questões de alimentação, higiene e segurança física das crianças. Esse atendimento partia de grupos privados, como médicos, associações de damas beneficentes, etc. Ressalta o autor que o higienismo constitui-se em um forte movimento ao longo do século XIX e início do século XX, diante dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, e tendo em vista a disseminação de novos conhecimentos e técnicas provenientes do avanço da ciência (RUIZ, 2011, p.6).

Souza e Kramer (1991) pontuam que até o início da República, muito pouco se fazia no Brasil em relação à criança de 0 a 6 anos, tanto em termos de proteção jurídica como de alternativas de atendimento. Segundo as autoras, o que faltava era o interesse da administração pública pelas condições da criança brasileira, principalmente pela criança pobre. E no século XX, com o intuito de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto ao “problema da criança” alguns grupos filantrópicos começaram a atuar.

Nesse sentido, podemos perceber, mais uma vez, o caráter assistencialista desse nível de educação. Para refletir sobre essa questão, podemos nos remeter à chamada “Roda dos expostos” ou “Roda dos Excluídos”, onde eram colocados os bebês abandonados pelas famílias. Os locais eram compostos por uma forma cilíndrica, dividida ao meio, fixados nas janelas das casas de misericórdia, e quando uma pessoa deixava a criança na “roda”, puxava uma corda para avisar à rodeira, e sua identidade era preservada (PASCHOAL, 2010). Vale destacar que a “Roda dos expostos” foi a primeira instituição destinada ao atendimento de crianças no Brasil.

Essa roda de assistência à infância permaneceu no Brasil por muito tempo, fazendo parte da Colônia, do Império e da República, sendo extinta no século XX, e o Brasil foi o último país a abolir esse sistema, no ano de 1950 (MARCILIO, 2001).

Ao entender a composição e objetivos da referida roda de assistência, percebemos como foi o caráter das primeiras instituições destinadas às crianças no Brasil, exclusivamente assistencialista. Essas instituições, porém, trouxeram grande contribuição para as crianças órfãs, tendo em vista que durante quase um século atenderam crianças abandonadas, destinadas à morte.

Ruiz (2011) alega que as iniciativas privadas apareceram com o fito de minimizar o índice de mortalidade infantil, recebiam auxílio do Estado e ofereciam um atendimento voltado às questões de higiene, cuidados físicos e alimentação. Dessa forma, se pretendia com esse atendimento amenizar as tensões e crises sociais provocadas pelo próprio sistema econômico.

A responsabilidade para o cuidado com as crianças era vista como do próprio indivíduo:

A responsabilidade pela criação e manutenção de locais para os cuidados com as crianças não era vista como uma questão social; culpa-se, literalmente, o indivíduo por sua própria condição de vida e por sua incapacidade em prover os cuidados necessários a sua prole [...]É a partir de 1920 que a criança pobre passa a ser tutelada pelo Estado, através da criação de dois códigos de menores de 1927 e 1929 e da criação de diversos órgãos de amparo assistencial e jurídico: do Juizado de Menores em 1923, Departamento Nacional da Criança e do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1941, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 1946, Organização Mundial de Educação Pré-escolar (OMEP) em 1953, Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) em 1964. Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, que só foi desmembrado em 1953. Este Ministério criou em 1940 o Departamento Nacional da Criança (DNCr), destinado a proteção materno-infantil, incluindo o atendimento ao pré-escolar e, além de outras atribuições,

regulamentava o atendimento de crianças em creche, através do estabelecimento de normas e funcionamento para essa instituição, ou seja, exercia funções normativas (RUIZ, 2011, p.7).

Dessa maneira, no final dos anos 1970, desenvolvem-se as creches comunitárias como forma de organização popular, em busca do direito à creche. Ruiz (2011) enuncia que essas creches, também chamadas de creches domiciliares, consistiam no fato de uma mulher tomar conta, em sua própria casa, mediante pagamento, de filhos de outras famílias enquanto os pais trabalhavam fora. Todavia, pela falta de estrutura das residências, do grande número de crianças atendidas e da precariedade das condições higiênicas e materiais muitas crianças morriam nesses ambientes.

Em 1979, no Brasil, foi criado o Movimento de Luta por creches, basicamente composto por mulheres operárias que reivindicavam creches para poder trabalhar fora para aumentar a renda familiar. Depois de muita pressão, o Estado começou a responder com a criação de diversas creches, com vagas destinadas às crianças pobres.

Na década de 1980, intensificou-se a expansão da rede de creches públicas no Brasil, ligada à pressão dos movimentos populares mais fortes em determinadas regiões da periferia. Dentre esses movimentos, Ruiz (2011) destaca o movimento Luta por Creches, a Pastoral do Menor, além das Sociedades Amigos de Bairros. Rosemberg (1989) assinala que no período pré-eleitoral, quando se estabeleciam as eleições diretas para o governador, a promessa de construção de creches se fazia presente na pauta das promessas eleitorais.

A alegação muito presente em relação à criação de creches era o de que sua instalação era muito cara, os custos de manutenção eram altos, por isso afirmava-se que o melhor era incentivar a participação de setores privados, e que o Estado contribuiria indiretamente através de convênios.

Em decorrência da mobilização popular e política do final dos anos 1970 e durante os anos de 1980 em prol da mudança da ordem repressora para a institucionalização democrática foi possível a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento à educação em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado (RUIZ, 2011, p.9).

Após a Constituição Federal de 1988 ter afirmado como dever o Estado garantir a oferta de creche e a pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Tomou-se por orientação que as instituições deveriam não apenas cuidar das crianças, mas desenvolver um trabalho educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) lei n. 9.394/96 caracteriza a Educação Infantil (creche e pré-escola) como primeira etapa da Educação Básica. Segundo essa legislação, a creche deve atender as crianças de zero até três anos de idade e a pré-escola, as crianças de 4 a 6 anos de idade (RUIZ, 2011, p.10).

Ruiz (2011) destaca ainda que a creche ainda era oferecida pelas secretarias de Assistência Social e só passaram a fazer parte do setor da Educação com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96. Essa lei passa a reconhecer a creche como uma instituição também educativa, cuja concepção opõe-se à tradicional visão da creche destinada ao atendimento da criança pobre com funções assistencialista, presente desde o seu surgimento.

Com a aprovação da LDBEN de 1964, e a partir da Constituição Federal de 1988, foram criados alguns documentos que tratam de questões afetas à Educação Infantil. Destacamos aqui: “Subsídios para o credenciamento e funcionamento das instituições de educação infantil” (BRASIL, 1998), “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (BRASIL, 1998), no sentido de regular o funcionamento das instituições de educação infantil e com a proposta de garantir qualidade no interior dos centros de Educação Infantil.

Notamos grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena. Ao refletir sobre o desenvolvimento das instituições educativas infantis no país, percebemos que este foi um processo complexo, e que mesmo o desenvolvimento das creches estando atrelado aos interesses burgueses esta só se desenvolveu após pressão da classe trabalhadora.

Na sequência, apresentamos aspectos que contribuíram para a formação e a organização da Educação Infantil no Estado do Paraná.

4 EDUCAÇÃO INFANTIL: NO CENÁRIO PARANAENSE

Neste item, apresentaremos aspectos iniciais do histórico do Estado do Paraná, bem como o contexto no qual se desenvolveram as primeiras instituições educativas destinadas às crianças pequenas, com destaque para o modo com que essas instituições eram organizadas. Faremos destaque também ao contexto paranaense exposto no caderno elaborado em 2006 e indicado pela Secretária Estadual de Educação, intitulado Orientações para (re)elaboração, implantação e avaliação de proposta pedagógica na Educação Infantil.

Localizado na região sul do Brasil, o Estado do Paraná possui uma população de 10.6439.601 habitantes, distribuídos em 399 municípios, de acordo com o IBGE (BRASIL, 2010). A história oficial do Estado começa em 29 de agosto de 1953, com a Lei assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região da Província de São Paulo. Após conquistar sua autonomia, teve início um programa de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos, que vieram em busca de riquezas.

Podemos citar como principais motivos para a transformação da região em Província o progresso econômico, cultural e social do Estado. No ano de 1880, houve a abertura de estradas e rodovias, o que acelerou sua ocupação. Nesse momento, aconteceu grande fluxo de migrantes mineiros e de outros Estados, por conta da grande fertilidade das terras e de seu baixo valor. É em 1889 que o Paraná se torna Estado. Os últimos anos foram marcados por grandes transformações e pela sua consolidação como um dos mais importantes Estados brasileiros, ocupando o seu lugar de importância.

De acordo com os estudos de Lara (2006), a discussão sobre a Educação Infantil iniciou quando o Paraná deixou de pertencer à 5ª Comarca de São Paulo para tornar-se Estado autônomo. Nesse sentido, vale lembrar que a história da Educação Infantil está ligada às questões econômicas, políticas e sociais do Paraná.

Os primeiros regulamentos da instrução pública na província do Paraná para o ensino primário e secundário originou-se com a reforma de Couto Ferraz, que aprovou a Lei nº21, de 2 de março de 1857. Segundo Paschoal e Machado (2008), as primeiras instituições de Educação Infantil no Paraná, assim como no Brasil, tinham como principal objetivo cuidar das crianças pobres.

Em 1904, no governo de Vicente Machado, foi inaugurado o primeiro Jardim de Infância do Paraná, o Maria de Miranda, que utilizava do método Froebel (LARA, 2006).

A implantação dos jardins de infância impulsionou a educação e proporcionou uma ampliação do ensino público. Porém, mesmo sendo fundamental a implantação dos jardins de infância, nesse período cabia aos professores a obtenção de seu salário. Para que o pagamento dos professores acontecesse, era preciso cobrar das famílias um imposto, denominado “taxa escolar” (LARA, 2006). Nesse período, a educação oferecida era moralizadora, pois de acordo com Paschoal e Machado (2008), seus defensores almejavam “salvar” as crianças por meio de uma educação assistencialista de caráter repressora e punitiva.

Buscou-se, no ano de 1905, melhorar as instalações dos jardins de infância e aumentar o número de crianças. Nesse ano, foi criado em Curitiba, por Moncorvo Filho, o Instituto de Proteção à Infância, que objetivava passar para as famílias pobres noções elementares de higiene infantil e fomentar a criação de asilos de maternidade destinados a atender às mães nos últimos meses de gestação e creches para atender e alimentar crianças de dois anos enquanto as mães trabalhavam (PASCHOAL; MACHADO, 2008).

Souza (s/d) pontua que os jardins-de-infância nesse período eram destinados essencialmente para os filhos dos “rústicos” e “operários”, para que estes estabelecimentos exercessem o papel civilizador, reparador, de “alijar os defeitos trazidos de casa”.

Paschoal e Machado (2008) afirmam que o programa desenvolvido no jardim de infância nesse período priorizava o ensino formal: o alfabeto, o algarismo, a leitura e a cópia, mesmo tendo como proposta o método Froebel, que propunha atividades lúcidas. No ano de 1908, aparece no relatório apresentado ao diretor geral a preocupação com as faculdades físicas, morais e intelectuais da criança, descartando, assim, os livros e as tarefas cansativas. Nesse relatório, era proposto o ensino “intuitivo”, que enfatizava os órgãos dos sentidos. Com a volta do ensino intuitivo, o Paraná aproximou-se ainda mais do método Froebel (PASCHOAL; MACHADO, 2008).

Foi inaugurado em 1911, em Curitiba, o jardim de infância “Emilia Eriksen”, dirigido pela Prof^a Joana Falce Scalco, introduzindo a obra de Maria Montessori. Três anos depois, em 1915, foram criados jardins de infância em Paranaguá e Ponta Grossa. No ano de 1921, foi criado no Paraná o “Instituto de Proteção e Assistência à Infância”.

Em 1924, houve a crise nos Jardins de Infância, como falta de materiais e de professores. Mas mesmo com as dificuldades, em 1925 a matrícula subiu para 490 alunos. Em 1927, foi realizada a I Conferência Nacional da Educação no Estado do Paraná com o objetivo de encontrar soluções para os problemas educacionais na época (LARA, 2006).

Em 1935, ocupava a Diretoria da Educação no Estado do Paraná Gaspar Duarte Veloso, auxiliando o governo Manoel Ribas. Nesse período, existiam 14 jardins de infância mantidos pelo Estado e 19 por particulares e escola maternal. No ano de 1940, houve um crescimento na demanda escolar devido à migração, particularmente de mineiros e paulistas que vinham para o Estado em busca de melhores condições de vida. Nesse mesmo ano, a Diretoria Geral da Educação organizou um regimento interno e um programa para os grupos escolares do Estado (LARA, 2006).

Chaves (2008), em estudos afetos à organização da educação no Estado do Paraná, postula que já nos anos de 1950 o planejamento educacional de todos os níveis de ensino no Paraná foi elaborado sob orientação dos Estados Unidos, que enviavam seus técnicos e orientações à Secretária de Educação do Estado (CHAVES, 2008, p.108).

Chaves (2008) ressalta que por volta dos anos de 1960 havia preocupação com a formação dos professores do Estado do Paraná:

Havia uma atenção especial da Secretaria de Educação para com a formação dos professores, o que se comprova através do Relatório de Atividades (PARANÁ,1964a), onde há o registro da ida de professores da rede estadual de ensino do Paraná a Minas Gerais para formação com os técnicos brasileiros e estadunidenses responsáveis pelo PABAAE - Plano de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar. Muitas das realizações e orientações da Secretaria de Educação do Estado do Paraná trazem diretrizes expressas pelo PABAAE, programa de educação dirigido pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, que contava com o apoio e aprovação do INEP (CHAVES, p. 117, 2008)

A autora complementa que:

Neste contexto atribuiu-se relevância à educação pré-escolar; tanto que o ano de 1964 foi marcado por intensas atividades para 340 professoras de Jardim de Infância do Estado, entendidas através de “orientações técnica pedagógica”. Segundo o relatório, tais orientações versavam sobre a organização do espaço, a disposição dos móveis, a preocupação com a utilização de materiais didáticos,

manuais e, primordialmente, a utilização de recursos audiovisuais, que já recebia especial cuidado à época [...] (CHAVES, p. 118, 2008).

Dessa forma, podemos perceber que nesse período já havia certa preocupação com a formação dos professores que atenderiam as crianças nos jardins de infância. Segundo Paschoal e Machado (2008), nas primeiras décadas do século XX, houve significativa expansão dos jardins de infância no Paraná. Porém, apesar do crescimento, o Estado teve participação mínima no que diz respeito à reivindicação por um espaço educativo da criança pequena.

Em conformidade com informações apresentadas no documento de Orientações para (Re)Elaboração, Implementação e Avaliação da Proposta Pedagógica na Educação Infantil (2006), o Paraná vivencia um período de transição que requer ações compartilhadas em regime de colaboração entre Estados e Municípios. De acordo com o caderno (2006), um levantamento realizado junto aos municípios revelou que o processo de integração das Instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino vem ocorrendo de forma lenta e gradativa, revelando que grande parte das Instituições de Educação Infantil permanecem vinculadas apenas às Secretárias da Assistência Social.

O referido documento apresenta dados do Censo Escolar de 2004, que mostram que há cerca de 98.255 crianças matriculadas em creches e 248.356 em pré-escolas. Aproximadamente 69% das crianças encontram-se nas Instituições de Educação Infantil municipais. As escolas particulares são responsáveis por 30% das matrículas, e a instância estadual por menos de 1% do total de matrículas.

O documento destaca três propostas que perpassaram os anos de 1980 e 1990, que são o Currículo Básico para Escola Pública do Estado do Paraná, documento publicado pela Secretaria de Estado do Paraná em 1990 e que constituiu uma proposta de reorganização curricular de pré-escola a 8ª série para a Rede Estadual de Ensino do Paraná.

Esse processo se iniciou no ano de 1987 e teve a participação de educadores das escolas, das equipes dos Núcleos Regionais, da Secretaria de Estado da Educação e de consultores das universidades. A organização curricular objetiva em primeiro plano a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização. Para que essa proposta fosse concretizada, foram realizados estudos e cursos de atualização para que fossem revistas às concepções de educação, os conteúdos, as metodologias e a avaliação visando à reorganização pedagógica da escola pública paranaense.

No que tange à Educação Infantil, esse currículo contemplou somente a pré-escola, pois muitas instituições públicas que atendiam crianças nesse momento estavam vinculadas às Secretarias de Assistência Social (PARANÁ, 2006).

O Projeto Araucária – Centro de Apoio à Educação Pré-escolar foi um programa de extensão desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná com apoio da Fundação Bernard Van Leer, da Holanda. De julho de 1985 a dezembro de 1988, teve sua primeira fase e atuou em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e prefeituras de Curitiba e Rio Branco do Sul, objetivando implantar uma proposta pedagógica para o trabalho com crianças de quatro a seis anos. No período que compreende de janeiro de 1989 a dezembro de 1992, o Projeto Araucária transformou-se em um Centro de Apoio à Educação Pré-escolar, e tinha como responsabilidade as seguintes ações: curso de aperfeiçoamento para as diferentes categorias de profissionais da Educação Infantil, elaboração e implantação de proposta pedagógica para o atendimento da criança de 0 a 6 anos, produção de material didático-pedagógico e realização de pesquisas. Essas ações se desenvolveram com garantia por meio de convênios com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e prefeituras de Curitiba e 17 municípios da região metropolitana⁷ (PARANÁ, 2006).

O documento destaca ainda o Projeto para Qualificação do Profissional Leigo da Educação Infantil que teve início em 1998, no Paraná e em outros Estados como uma ação da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI) do Ministério da Educação e objetivava qualificar os profissionais leigos que atuavam como educadores na Educação Infantil. Para o desenvolvimento da ação, os recursos vieram do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Ministério do Trabalho e envolveu instituições públicas de Ensino Superior e instâncias do governo paranaense, como Secretaria da Educação, Secretaria da Criança e Assuntos da Família e Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. Algumas universidades integraram-se a esse projeto, como a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Londrina.

⁷ Os municípios participantes foram: Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Cerro Azul, Campo do Tenente, Lapa, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

Vale lembrar que do ponto de vista da história, a educação de crianças pequenas esteve à margem do sistema educacional brasileiro, já que até meados dos anos 1980 quase não havia, em termos de legislação, a garantia de oferta desse nível de ensino. Paschoal e Machado (2008) assinalam que é a partir da segunda metade da década de 1980 que diversos segmentos uniram-se com intuito de sensibilizar a sociedade acerca da relevância de se compreender a infância como um período de transformações extremamente significativas na vida da criança.

Após explicitarmos como se deu a estruturação da Educação Infantil no mundo, no Brasil e no Paraná, na sequência apresentaremos aspectos que contribuíram para a consolidação da Educação Infantil no município de Maringá na década de 1980, podemos compreender dessa maneira o percurso dessas Instituições Educativas e seus desafios.

5 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO MARINGÁ

Hino a Maringá

Lei Municipal nº 271 de 23/10/1963

Letra de Ary de Lima

Música de Aniceto Matti

I

*Quem te avista, nos dias de agora,
Acenando ao porvir da esperança,
Adivinha a floresta de outrora
Que embalou tua vida criança
Há em ti a grandeza imponente
De um passado que exemplos nos dá:
-Se és glória da Pátria contente,
És orgulho do teu Paraná.*

*Linda flor, a mais gentil,
Do norte do Paraná,
És orgulho do Brasil,
Nossa amada Maringá (BIS)*

O Hino a Maringá foi composto em 1963, possuindo letra de Ary de Lima e música de Aniceto Matti. A letra retrata o desenvolvimento do município e suas características mais marcantes, como a grande área verde que compõe a cidade, com belas árvores e flores, pintando a cidade como um bom lugar para se viver, já que é jovem e cresce a cada dia.

Maringá foi fundada pela empresa colonizadora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 10 de maio de 1947, como Distrito de Mandaguari. Em 14 de novembro do ano de 1951, Maringá foi elevada a município através da Lei nº 790, de autoria do deputado Rivadavia Vargas (pai do ex-deputado Túlio Vargas). A cidade contém uma expansão territorial de 999 km², e como distritos Iguatemi, Floriano e Ivatuba, Floresta, Paiçandu e Doutor Camargo. No ano de 1960, os municípios de Paiçandu, Floresta, Ivatuba e Doutor Camargo foram desmembrados de Maringá e a cidade passou a contar apenas com os distritos de Iguatemi e Floriano, com uma área territorial de 425 km² (SANCHES, 2006).

O nome da cidade foi extraído de uma canção de autoria do compositor Joubert de Carvalho, datada do ano de 1931, intitulada Maringá, época em que Raul Carneiro era oficial de Gabinete do Ministro da Aviação José Américo, o qual sugeriu a Joubert de Carvalho que fizesse uma música abordando a seca do Nordeste, constantemente

abordada pelos jornais. Joubert concordou e deu a Rui uma relação das cidades assoladas pela seca, e dentre essas cidades estava à chamada Ingá.

Segundo Sanches (2006), Joubert imaginou uma cabocla Maria, que seria Maria do Ingá, e surpreendeu-se quando notou que soava bem a construção de Maringá. Ressaltamos que naquela época de 1931 a música era famosa, conhecida e cantada pelos pioneiros de Maringá. Por essa canção, a cidade é conhecida como “cidade canção”. O cognome Cidade Canção foi criado por Antenor Sanches – que nasceu em 11 de fevereiro de 1927, no município de Campos Novos, SC, e chegou a Maringá em 1949. Sanches era escritor-historiador e dedicou-se a escrever a história de Maringá, em 1962, oficializada através da Lei nº 5.945/2002 de autoria do ex-vereador João Batista Beltrame (Joba).

A cidade é conhecida também como “cidade verde” devido à ampla arborização em sua área urbana. No ano de 1954, foi instalada a Comarca de Maringá, que atualmente é a sede de uma grande região que abrange cem municípios. Segundo dados do IBGE, o povoamento da área compreendida pelo município iniciou-se por volta de 1938, mas foi apenas a partir de 1940 que começaram a ser erguidas as primeiras edificações propriamente urbanas na localidade conhecida mais tarde como Maringá velho. A respeito da criação da cidade, Sanches pontua:

No princípio de Maringá, havia o céu e a selva, cobrindo terra roxa, fertilíssima, desta dadivosa região. As ruas e avenidas foram abertas com machados, foices e enxadões. Surgiram, então, casas de madeira e barracões improvisado, bem como ranchos de lascas de palmitos cobertas de tabuinhas, na zona rural. Os primeiros habitantes foram se instalando apalpando o terreno e buscando o repouso de suas audaciosas esperanças. As avenidas da futura cidade ostentava enormes troncos de perobas e outras árvores nativas, semi-queimadas e as ruas cheias de buracos, lembravam uma povoação abandonada. Entretanto, caminhões vinham cheios de mudanças, todos os dias, trazendo destemidos pioneiros com sonhos e esperanças (SANCHES, 2006, p.15-16).

Morelli (2010) alega que o crescimento populacional de Maringá e o desenvolvimento econômico inicial tiveram no café forte influência. Na perspectiva do autor, até meados de 1960 essa relação foi importante na questão demográfica das zonas rural e urbana. O autor afirma que o impacto do crescimento urbano foi indiscutível ao gerar condições para o surgimento de novos empresários e investimentos, mudanças nas relações sociais, tornando-as mais complexas. Dessa maneira, em 1967, Maringá já se encontrava como cidade definitivamente implantada.

Na foto⁸ abaixo, podemos observar o crescimento da cidade na década de 1960. Observamos o prédio em construção, na época nomeado Edifício Lavoura. Depois, alterado para Edifício Maringá.



Imagem 1 – Edifício Maringá, sendo construído em 1960
Fonte: Maringá Histórica.

É importante destacar que houve uma mudança significativa das pessoas da zona rural para a urbana. Para Morelli (2010), as crianças que saíram da zona rural para a urbana não sofreram grande impacto, já que a liberdade e o grande espaço que possuíam para brincar nos sítios não lhe foram totalmente tiradas. O pesquisador realça que a cidade nesse período oferecia diversas ruas e terrenos baldios para se brincar.

Segundo Morelli (2010), na década de 1970, a cidade de Maringá possuía no centro novo água, luz, cinemas, grandes lojas, largas avenidas, mas não era assim em todos os bairros da cidade. O pesquisador acrescenta que nos bairros mais afastados as vendas chegaram aos poucos, a água precisava ser retirada dos poços e o asfalto demorou anos para chegar a muitas ruas.

Nesses bairros mais afastados, as compras eram somente do que fosse essencial, principalmente sal, açúcar e querosene para as lamparinas. Roupas, móveis e outros objetos ficavam para ocasiões especiais, quando possível (MORELLI, 2010, p.119).

⁸ Disponível em: <http://maringahistorica.blogspot.com.br/2012/07/vista-aerea-decada-de-1960.html>

Ainda de acordo com Morelli (2010), na década de 1980 aconteceram mudanças significativas na vida da população maringaense, pois é nesse período que o comércio a varejo aumenta, a rede de lojas expande-se para além da região central, fica mais evidente o nível de urbanização a partir da ampliação das redes de esgoto, de água encanada e energia elétrica.

Com essa transformação, muda-se também a situação nos bairros. As chamadas “vendas” ou quitandas, que eram pequenos estabelecimentos, com formato parecido com o cômodo de uma casa, geralmente construções de madeira, e destinavam-se à venda de produtos para a subsistência das famílias que residiam por perto.

A partir das mudanças ocorridas no município, as vendas, quitandas e demais setores comerciais acompanham o crescimento demográfico de bairros que antes eram isolados. Dessa maneira, a urbanização chegou de forma diferente a cada um deles. Assim, com a eletricidade e os recursos financeiros, coisas que antes lhes eram privadas, nesse momento tornam-se acessíveis e passaram a fazer parte das casas (MORELLI, 2010, p.122).

No ano de 1967, Maringá já possuía 150 mil habitantes (incluindo os moradores dos distritos que na época pertenciam à cidade), e a cidade contava apenas com 20 anos de emancipação política. Atualmente, a cidade possui aproximadamente 362.329 habitantes e possui extensão territorial de 487,730 km². Conta com 220 mil eleitores e de acordo com Sanches (2006) é polo de uma região de mais de um milhão de habitantes.

Maringá se constitui hoje como um dos centros turísticos do Paraná e um dos principais motivos é sua grande arborização, contando ainda com o Parque do Ingá e a Catedral Nossa Senhora da Glória (SANCHES, 2004).

Após explicitarmos como se deu a estruturação do município de Maringá, apresentamos estudos iniciais sobre a instauração da Educação Infantil na cidade, buscando contribuir para a reflexão e para o aprimoramento dos estudos afetos a essa temática.

6 EDUCAÇÃO INFANTIL EM MARINGÁ

Neste item, abordamos questões afetas à Educação Infantil de Maringá desde os anos de 1950 até os anos de 1980. Essa delimitação temporal justifica-se pelo início das discussões sobre a educação de 0 a 6 anos no município.

De acordo com Lara (s/d), a primeira escola desse nível educacional instaurou-se nos anos 1950 por iniciativa privada, mas a proposta se remete às discussões nos anos 1960, pois é nesse período que o município passava por transformação social devido ao fluxo da população rural, havendo, assim, a necessidade de mais escolas no perímetro urbano.

Em 1970, a educação pré-escolar passa a ganhar mais atenção do Estado, e nos anos 1980 já possuía características próprias de município, envolvendo pré-escolas particulares, públicas e creches, as quais desenvolviam com as crianças de 0 a 6 anos atividades que variavam desde recreação até educação formal (LARA, s/d).

No ano de 1960, em concordância com Lara (s/d), a educação pré-escolar no Brasil possuía caráter assistencialista. Nesse período, Maringá passava por transformações sociais intensas devido à expansão cafeeira, ao crescimento demográfico, à urbanização e ao crescimento do comércio, e conseqüentemente essas transformações influenciaram o campo educacional. Nessa mesma década, o índice de crianças que frequentavam a escola no município ainda era baixo, aproximadamente 25,6%, esse percentual justifica-se pela insuficiência de escolas, pelo pouco interesse dos pais em matricular e manter os filhos na escola, preferindo que estes ajudassem nas atividades agrícolas.

Segundo informações obtidas no site da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC –, as primeiras instituições do município de Maringá destinadas a crianças de 0 a 6 anos, denominadas creches, foram fundadas nos anos de 1977 e 1979 e objetivavam oferecer um atendimento com ênfase à assistência, relegando a educação a um plano secundário. Essas instituições eram administradas pela Secretaria de Educação. Todavia, em 1985, de acordo com a vontade política da época, as creches existentes foram desmembradas da Secretaria de Educação, passando a ser administradas pela Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá. Dessa maneira, até o ano de 2001 a Educação Infantil em Maringá era integrada à área de assistência social e o aspecto educativo não era prioridade.

O primeiro colégio a oferecer a Educação Infantil no município foi o Colégio Santa Cruz, fundado no ano de 1953. Essa iniciativa partiu da Irmã Pilar Sanches, juntamente com outras Irmãs Carmelitas, que em 1952 saíram da Espanha – sua cidade natal – e vieram para o Brasil. Já em Maringá, a Irmã Pilar pediu ao Pe. Antonio Roldam que a ajudasse a instituir um colégio no município. Em 1953 inauguraram as primeiras salas para aulas, diretoria e secretaria. O colégio foi instituído no chamado Maringá Velho, tendo como primeira diretora Luiza de Matos Braga, que na época era professora da Escola Pública local, e assumiu a diretoria, pois os documentos das Irmãs Carmelitas ainda não estavam em ordem. A atual diretora do colégio Santa Cruz, Anna Thereza J. Valias Meira, que foi aluna do mesmo, afirma que mais de 13.000 crianças lá se formaram (SANCHES, 2006).



Imagem 2: primeiras instalações do colégio Santa Cruz em 1953
Fonte: Maringá Histórica.

Segundo Lara (s/d), a educação pré-escolar no município tinha representação significativa das escolas particulares, que desde 1950 trabalhou com esse nível educacional. Além do Colégio Santa Cruz (1953), a autora faz referência às seguintes instituições: Colégio Adventista (1956); Santo Inácio (1957; Nossa Senhora da Glória (1958); São Francisco Xavier (1963); Regina Mundi (1967); Paraná (1967); e Luz Amor (1969).

Para esta pesquisa, realizamos, junto ao site da SEDUC, levantamento dos Centros Municipais de Educação Infantil instituídos em Maringá desde a década de

1960 até o ano de 2000, (Anexo 1), entretanto registramos aqui apenas os dados referentes ao período compreendido entre 1960 a 1980. Com base nesse levantamento, constatamos que em 1960 havia no município o Centro Municipal de Educação Infantil Núcleo Social de Maringá, fundado por volta de 1966/1967.

No que se concerne aos anos de 1970, Lara (s/d) postula que:

Se a educação pré-escolar deixou há “pouco” seu caráter assistencialista, passando nesse período para uma caracterização compensatória, pressupõe-se que, não havendo preocupação com a educação pré-escolar, no plano legal, as discussões acadêmicas tenderão a apresentar uma carência de conhecimentos teóricos e empíricos, problema esse que tenderá a ser superado nos anos 1980 (LARA, s/d, p.9).

A autora complementa:

Ao tratar, especificamente, de Maringá, a preocupação maior ficou em torno das gestões dos prefeitos, que muito contribuíram para o desenvolvimento da educação pré-escolar no município. Nesse período, retoma-se a administração do prefeito Adriano José Valente (1968-1972). Coube a ele a adequação do município no sentido de aperfeiçoar o setor educacional, criando a infra-estrutura necessária para a implantação da nova legislação e investindo na formação profissional e capacitação docente, entre outras iniciativas (LARA, s/d, p.11).

Ainda segundo Lara (s/d), foi implantada no município, com o respaldo do então prefeito Adriano José Valente, uma proposta de trabalho modelo, desenvolvida com a Unidade Polo de Ação da Pré-Escola (UPAPE), sendo expandido mais tarde aos bairros de periferia por meio da Unidade Satélite de Ação da Pré-Escola (USAPE). A autora salienta que essas duas instituições, juntamente com a escola-modelo “Maria da Luz Ribas Machado”, seguiram uma linha didático-pedagógica voltada para a preparação da criança pré-escolar por meio da relação família-escola. Foi ainda nos anos 1970 que se implantaram os núcleos de ensino, na gestão do prefeito João Paulino Vieira Filho (1976-1982).

De acordo Lara (s/d), no que tange à década de 1970 havia no município as seguintes pré-escolas:

- Municipais: Benedito de Souza- UPAPE (1970); Miriam Leila Palandre (1971)
- Particulares: SESC: Recreação Infantil (1971); Branca de Neve (1979)
- Públicas: Dirce de Aguiar Maia (1979); São João da Escócia (1979)

- Assistencialistas: Creche Menino Jesus (1970); Núcleo Social Papa João XXIII (1972); Associação Roupeiro Santa Rita de Cássia (1973); Obra do Berço de Iguatemi (1975); Patronato Betânia (1975); Recanto do Menor (1976); Creche Alexandre e Sofia Rasgulaeff (1977); Recanto do Menor – Jardim Alvorada (1977); Lar Nazaré (1977); Creche Dr. Newton Greein (1978); Creche Monsenhor Kimura (1979); Recanto Somos Todos Irmãos (1979); Centro Educacional Betânia (1979) e Recanto do Menor – Vila Esperança (1979).

O percurso feito até aqui possibilitou-nos compreender como se deu o desenvolvimento da Educação Infantil até os anos 1970. Prosseguimos com a proposta sugerida ao tratar os anos 1980 relevantes para esse nível educacional, já que foi nesse período que se subsidiaram as “novas” propostas para efetivar a educação de 0 a 6 anos.

As funções atribuídas a pré-escola nos anos 1980 foram despojadas dos velhos padrões e conceitos de como educar nesse período, mas não se pode esquecer que desvestir ou trocar as vestes, não resulta em novas propostas ou funções (LARA, s/d, p.15)

É nos anos 1980 que se desenvolve a Constituição Federal de 1988, e sobre esse documento, Lara (s/d) assim se manifesta:

Ao trabalhar com a Constituição Federal de 1988 procurou-se compreender o seu papel no tocante às crianças pequenas, que salienta que não cabe somente ao 1º grau a “priorização” da educação, mas sim ao Estado oferecer condições para a educação das crianças com menos de 7 anos. Pela primeira vez uma Constituição assume essa responsabilidade “garantindo” não só o amparo, mas a educação dessa criança.

Parece que essa Constituição (1988) deu um grande passo na superação do caráter assistencialista que as outras salientavam para a educação de 0 a 6 anos. A divisão que se fez foi: as creches vinculadas à assistência social e as pré-escolas ligadas à área educacional. Esta sugeriu uma mudança significativa, orientando sua integração (LARA, s/d, p. 15).

A educação pré-escolar no município compõe-se de escolas municipais, estaduais e particulares, e segundo Lara (s/d), é reconhecida pelo governo do Estado. Possui estrutura própria, com atendimento administrativo em período integral e regimento escolar aprovado. As informações apresentadas a seguir foram obtidas no site da SEDUC, no qual encontramos que na década de 1980 havia os seguintes Centros Municipais de Educação Infantil em Maringá: Centro Municipal de Educação Infantil France Luz (1985); Centro Municipal de Educação Infantil Aparecida Fortunata Bartalini Seneme (1988); Centro Municipal de Educação Infantil Bom Samaritano

(1987); Centro Municipal de Educação Infantil João XXIII (1984); Centro Municipal de Educação Infantil Nice Braga (1981); Centro Municipal de Educação Infantil Nilza de Oliveira Pipino (1987); Centro Municipal de Educação Infantil Pioneiro Vanor Henriques (1988) e Centro Municipal de Educação Infantil Walkíria Fontes (1987).

Lara (s/d) também nos apresenta informações sobre registros de pré-escolas municipais, estaduais, particulares e assistencialistas desse período:

- Municipais: João Gentilin (1980); Machado de Assis (1982); Fernão Dias (1982); Jardim Kosmos (1985); Rui Alvino Alegretti (1987) e Parque Avenida (1988);
- Estaduais: Ariovaldo Moreno (1981); Dr. Osvaldo Cruz (1981); Elvira B. dos Santos (1982); José Darcy de Carvalho (1983); Rodrigues Alves (1983); Gabriela Mistral (1983); Presidente Kennedy (1983); Adaile M. Leite (1983); Basílio Itiberê (1983); Tomaz Edson A. Vieira (1983); Sta. Maria Goretti (1983); João XXIII (1984); Instituto de Educação (2º momento) (1984); Alberto J. Byington Jr. (1985); Juscelino K. de Oliveira (1985); Gastão Vidigal (1987); Tancredo de Almeida Neves (1988); Silvio Magalhães Barros (1988) e Parque Itaipu (1988);
- Particulares: Meu Cantinho (1981); Pingo de Gente (1984); Casinha Feliz (1984); Pré-escola da Mônica (1984); Passinhos do Saber (1985); Trem da Alegria (1987); Capuxu (1987); Corujinha (1987); Criarte (1988); Arco-Íris (1988); Mundo Encantado dos Baixinhos (1988); Pré-escola da Cris (1989); Caminho Suave (1989); Primeiros Passos (1989); Centro Cultural Infantil – C.C.I (1989); Castelinho (1989); Doce Mel (1989); Baixinhos de Maringá (1989) e Algodão Doce (1989);
- Assistenciais: Creche Nice Braga (1981); Creche D. Guilhermina C. Coelho (1981); AMPACIM – Assoc. Par. Audiocom, Infantil (1981); Centro Social Urbano (1981); Creche Borba Gato (1982); CECOM – Centro Comunitário Metodista (1982); Creche Branca Vieira (1982); Creche Alan Kardec (1983); Creche José Gerardo Braga (1983); Abrigo Deus Cristo e Caridade (1983); Creche Sta. Terezinha – Iguatemi (1984); Recanto Betânia (1985); Creche Nilza de O. Pipino (1985); Assoc. Apoio Fissurado Lábio- Palatal (1987); Creche Walquíria Fontes (1987); Mini- Creche Jardim Itaipu (1988); Mini-Creche

Jardim Industrial (1988); Creche do Profilurb (1988); Creche Pioneiro Vanor Henrique (1988) e Creche Luisa Fontes (1988).

Vale ressaltar que as pré-escolas estaduais eram administradas pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná e supervisionadas a nível local pelo Núcleo Regional de Educação de Maringá. Segundo Lara (s/d), o ensino pré-escolar, reconhecido oficialmente, se desenvolveu à medida que os recursos favoreceram seu plano de expansão, principalmente na rede municipal. A autora salienta que o cuidado e o tratamento dispensados à educação pré-escolar em Maringá no decorrer dessa década (1980) foi diferente dos períodos anteriores, pois em 1980 já havia a preocupação afetas as questões pedagógicas.

Podemos perceber a partir do que foi exposto até o momento que as escolas particulares desenvolviam um trabalho voltado para a alfabetização. Entretanto, tanto as instituições municipais, estaduais e privadas estiveram preocupadas em desenvolver e instituir no município, instituições que atendessem as crianças de primeiros meses a seis anos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, objetivamos apresentar aspectos históricos da Educação Infantil do município de Maringá, e para isso fez-se necessário percorrer a história desse nível educacional primeiramente em seu aspecto amplo, para compreendermos a trajetória que essas instituições percorreram para se formar tais como são hoje. Ao estudar questões afetas à Educação Infantil, percebemos que a instauração das instituições que ofertam esse nível de ensino não ocorreu de maneira simples; ao contrário, foi um processo demorado e de entraves políticos, econômicos e sociais.

Nosso estudo revelou que houve preocupação, no cenário mundial, brasileiro e paranaense, desde seu início, com o cuidado das crianças, em especial com os filhos da classe trabalhadora. E concomitante a isso, diversos pesquisadores se dedicaram à defesa de que esse nível de ensino deveria ministrar diferentes conhecimentos. Fica-nos claro, então, que mesmo a educação possuindo caráter assistencialista desde o início até a atualidade, o grande desafio é desenvolver a função de educar.

Por meio dos estudos e vivências realizados no Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil – GEEI –, juntamente com a realização desta pesquisa e estudos desenvolvidos em disciplinas da graduação em Pedagogia, compreendemos que a Educação Infantil deve se constituir como espaço para o pleno desenvolvimento da criança. Nesse sentido, devemos considerar a criança como ser capaz de aprender; para Chaves (2008), nesta lógica, todas as vivências infantis são educativas, e em todos os espaços e tempos a criança aprende, o que deve ser. Nas palavras da autora:

[...] desde a seleção e a utilização dos recursos didáticos pedagógicos à organização da rotina, todas as ações na escola compõem a intervenção pedagógica. Tanto quanto a apresentação dos conteúdos às crianças, ações ou situações como momentos de higiene ou preparação para assistir um documentário ou filme, são vivências a ser consideradas, por constituírem intervenções pedagógicas importantes no processo de ensino-aprendizagem (CHAVES, 2008, p. 80).

Nesse sentido, as escolas de Educação Infantil têm fundamental importância para o desenvolvimento das crianças, pois nesse ambiente a criança pode aprimorar e desenvolver habilidades como memória, atenção, raciocínio, linguagem, criatividade e diversas outras habilidades. E é nesse ambiente que nós, professores, podemos ampliar permanentemente o universo das crianças, sua realidade imediata a favor de uma educação criativa e criadora para todos. O que percebemos nas instituições escolares,

não só na Educação Infantil são materiais e conteúdos fragmentados, aliás, vivemos em uma sociedade que só nos apresenta o fragmento e por consequência isso reflete-se na escola, logo, na Educação Infantil.

Acreditamos que nós, professores, devemos buscar conteúdos e recursos que mostrem às crianças o que há de mais elaborado, o que há de mais belo, produzido ao longo do tempo pela humanidade, e nós como pedagogos podemos por meio de nossa prática pedagógica revelar um novo mundo as crianças, tirar estes, da rotina, da mesmice de seu dia-a-dia. Porém, para que possamos apresentar o belo as crianças, antes, nós devemos conhecê-lo. O que evidencia a importância da formação dos professores. É fundamental aprimorar a formação, pois, quando nós temos essa formação consistente, temos a possibilidade de apresentar aos alunos o belo, e a partir disto, oportunizamos as crianças a reflexão do conteúdo apresentado por nós, previamente planejado e organizado e dessa maneira promovemos o desenvolvimento pleno da criança.

Podemos concluir, sem a pretensão de estabelecer um ponto final, já que esta pesquisa possibilita um estudo inicial acerca da Educação Infantil do município de Maringá, que esse nível educacional no município vem se efetivando desde antes dos anos de 1950, período em que já se começava a pensar em propostas para esse nível de ensino. Já em 1960, a preocupação era de regularização dessas escolas e professores. Nessa época, já eram atendidas crianças de 0 a 6 anos nas escolas municipais, privadas e entidades assistencialistas. Nos anos 1970, houve as primeiras preocupações com a alfabetização e em 1980 as instituições de Educação Infantil começam a assumir caráter pedagógico.

Esta pesquisa nos possibilitou reavaliar nossa prática pedagógica, aumentando nosso compromisso com a educação das crianças, não sendo uma educação qualquer, mas sim uma educação que promova o desenvolvimento do indivíduo e sua humanização de forma plena, ou seja, uma educação de excelência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sonia. “O Rei Está Nu”: um debate sobre as funções da pré-escola. In: SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 27-38.

ALMEIDA, Ordália Alves. **A Educação Infantil na história, a história na Educação Infantil**. Palestra proferida no 14º. Congresso Brasileiro de Educação Infantil OMEP/BR/MS, realizado no Palácio popular da cultura, em Campo Grande/MS, nos dias 10 a 13/07/2002.

BARBOSA, Ana Paula Tatabiba. **O que os olhos não vêem...** Práticas e Política em Educação Infantil no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Brasília, DF, 1990.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF, 1998.

BUJES, Maria Isabel E. Escola infantil: pra que te quero? In: CLAUDY, Carmem; KAERCHER Glandis E. **Educação infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13-22.

CERISARA, Ana Beatriz. A produção acadêmica na área da educação infantil com base na análise de pareceres sobre o referencial curricular nacional da educação infantil. P. 19-45. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (orgs). **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. 6. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CHAVES, Marta. **O papel dos Estados Unidos e da UNESCO na formulação e implementação da proposta pedagógica no Estado do Paraná na década de 1960: o caso da Educação no Jardim de Infância**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo.

_____. Intervenções pedagógicas e promoção da aprendizagem da criança: contribuições da psicologia histórico-cultural. In: FAUSTINO, R.C.; CHAVES, M.; BARROCO, S.M.S.(orgs). **Intervenções pedagógicas na educação escolar indígena: contribuições da Teoria Histórico-Cultural**. 2. Ed. Maringá: EDUEM, 2010.

ENGELS, F.; MARX, K. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins, 2001

FARIA, Sonimar Carvalho. História e políticas de educação infantil. In: FAZOLO, Eliane et al. **Educação Infantil em Curso**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

IBGE. **Paraná IBGE**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf>. Acesso em: 24 set. de 2012

KRAMER, Sonia. O papel social da pré-escola pública: contribuições para um debate. In: KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange J. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1991, p. 49-57.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: _____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 81-109.

_____. O Jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30. Coleção educação contemporânea.

LARA, Â. M. de B. Apontamentos históricos sobre a educação infantil no Estado do Paraná: 1904-1940. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J.L. (orgs). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3º ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **A educação infantil no estado do Paraná: a história como ponto de partida**. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c037.pdf. Acesso em 10 ago, 2012.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 53-79.

MORELLI, Ailton Jose. **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PARANÁ. **Currículo Básico para a Escola do Estado do Paraná**. Curitiba, 1990.

PARANÁ. **Orientações para (RE) elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas na educação infantil**. Curitiba, 2006.

PASCHOAL, Jaqueline D. **Aspectos históricos do trabalho pedagógico dos primeiros jardins de infância no estado do Paraná**. 2010. 234 f. Tese (Doutorado)-

Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Temas em Destaque**. Creche. São Paulo: Cortez,1989.

RUIZ, Jocilene de Souza. **O surgimento da creche – uma construção social e histórica**. V Encontro Brasileiro De Educação E Marxismo Marxismo, Educação E Emancipação Humana 11, 12, 13 E 14 De Abril De 2011 – Ufsc – Florianópolis – Sc – Brasil.

SANCHES, Antenor. **Maringá, outrora e agora**. Maringá: Bertoni, 2006.

_____. **A cidade canção**. Maringá: bertoni, 2004.

SOUZA, Gizele de . **História da educação infantil no Paraná: os jardins-de-infância públicos em cena no limiar das primeiras décadas do século XX**. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

ANEXOS

ANEXO I – LEVANTAMENTO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE MARINGÁ

Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990	Ano 2000
Centro de Educação Infantil Núcleo Social de Maringá	Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) (origem histórica; atendimento aos alunos em 2002)	C.M.E.I. Professora France Luz, antiga Pré-Escola Municipal Santa Terezinha	Centro Municipal de Educação Infantil Pioneira Tereza Martins Fernandes (em Floriano)	Centro Municipal de Educação Infantil Vagalume
	Centro Municipal de Educação Infantil Alexandre e Sophia Rasgulaeff	Centro Municipal de Educação Infantil Aparecida Fortunata Bartalini Seneme	Centro Municipal de Educação Infantil Afonso Vidal César	Centro Municipal de Educação Infantil Ambrozina Fernandes Sales
	Centro Municipal de Educação Infantil Monsenhor Kimura	Centro Municipal de Educação Infantil Bom Samaritano	Centro Municipal de Educação Infantil Ana Chiquetti Men	Centro Municipal de Educação Infantil Antonieta Mattos Coutinho
	Centro Municipal de Educação Infantil Professora Laura Parente Bossolan (origem histórica na década 70)	Centro Municipal de Educação Infantil João XXIII	Centro Municipal de Educação Infantil Ângelo Viegas	Centro Municipal de Educação Infantil Antonio Facci
	Centro Municipal de Educação Infantil Recanto Alvorada	Centro Municipal de Educação Infantil Nice Braga	Centro Municipal de Educação Infantil Anjo da Guarda	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Geny Correia de Melo
	Centro Municipal de Educação Infantil Recanto do Menor Centro - CEMIC	Centro Municipal de Educação Infantil Nilza de Oliveira Pipino	Centro Municipal de Educação Infantil Desembargador Zeferino Mozzato krukoski	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Guilhermina Cunha Coelho
	Centro Municipal de Educação Infantil Recanto do Menor da Vila Esperança	Centro Municipal de Educação Infantil Pioneiro Vanor Henriques	Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Antona	Centro Municipal de Educação Infantil Dorcelina Folador (Itaparica)
	Centro Municipal de Educação Infantil Susanna Wesley	Centro Municipal de Educação Infantil Walkíria Fontes	Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Firmina Maria	Centro Municipal de Educação Infantil Dra. Zilda Arns Neumann
			Centro Municipal de Educação Infantil Lia Terezinha Sambatti	Centro Municipal de Educação Infantil Florestan Fernandes
			Centro Municipal de Educação Infantil Luiza Martos Múrcia Fontes	Centro Municipal de Educação Infantil Herbert José de Souza
			Centro Municipal de Educação Infantil Maria Doná Ferraz	Centro Municipal de Educação Infantil José Claudio Pereira
			Centro Municipal de Educação Infantil Nadyr Penteadó Virmond	Centro Municipal de Educação Infantil José Pacheco dos Santos

			Centro Municipal de Educação Infantil Pioneira Conceição Alexandre	Centro Municipal de Educação Infantil Mafalda Noêmia Barletta Villanova
			Centro Municipal de Educação Infantil Purificação de Jesus Valente	Centro Municipal de Educação Infantil Padre Francisco Robl
			Centro Municipal de Educação Infantil Vereador José Rodrigues dos Santos	Centro Municipal de Educação Infantil Professor Galdino de Andrade
				Centro Municipal de Educação Infantil Professora Dulce Telles Ferreira
				Centro Municipal de Educação Infantil Professora Iria de Castro

Fonte: site da SecretARIA Municipal de Educação de Maringá.

